



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

1

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço **de coleta e transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E**, atendimento às normas Federais e municipal vigentes, em especial a Lei Federal nº 12.305/2010, a Resolução Anvisa Nº 306/2004 e a Resolução CONAMA nº 358/2005, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, nas unidades públicas relacionadas abaixo:

Ponto 1: Almoxarifado da Saúde – Rua Pedro de Toledo, 551, Centro;

Ponto 2: Farmácia de alto custo – Rua Pedro de Toledo, 511, Centro;

Ponto 3: Farmácia Dispensário – Rua 12 de março, nº 239, Centro;

Ponto 4: Unidade da Mulher – Rua Barão do Rio Branco, nº 350, Centro;

Ponto 5, 6 e 7: CEM Centro de Especialidades Médicas / CEO – Centro de Especialidade Odontológica / SAE/CTA Ambulatório de Infectologia – Rua Presidente Costa e Silva, s/n, Jardim Tênis Clube;

Ponto 8: Farmácia de Manipulação – Avenida Aeroporto, nº 305, Jardim Aeroporto;

Ponto 9: ESF I Barra Funda – Rua Oscar Bressane, s/n, Barra Funda;

Ponto 10: ESF II Barra Funda – Rua Rui Ferreira da Rocha, nº 550, Barra Funda;

Ponto 11: ESF VII Barra Funda – Rua Castro Alves, nº 470, Barra Funda;

Ponto 12: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) – Praça Francisco Falbo, s/n, Vila Gammon;

Ponto 13: UBS Vila Popular – Rua Piauí, nº 191, Vila Gammon;

Ponto 14: Farmácia Vila Popular – Rua Piauí, nº 191, Vila Gammon;

Ponto 15: ESF VIII Jardim das Oliveiras – Avenida Hugo Simonetti, nº 715, Jardim das Oliveiras;

Ponto 16: ESF V Antonio Pertinhez – Fercon – Rua Vereador José Ricardo Pelizzer, nº 40, Conjunto Habitacional Antônio Pertinhez;

Ponto 17: Velório Municipal – Rua Guerino Mateus, nº 46, Jardim Paulista.

Ponto 18: ESF VI Vila Nova – Rua Francisco da Cruz Cambraia, nº 520, Vila Nova;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

2

Ponto 19: ESF III Vila Nova – Rua Alonso Florêncio, nº 410, Vila Nova;

Ponto 20: UBS Conceição – Praça Amadeu Giannasi, s/n, Distrito de Conceição de Monte Alegre;

Ponto 21: ESF IV Roseta – Rua Manoel Barbosa da Cruz, s/n, Distrito de Roseta;

Ponto 22: UBS Sapezal – Rua Rio de Janeiro, s/n, Distrito de Sapezal;

Ponto 23: Vigilância Sanitária e Controle Epidemiológico - Rua Professor Reinaldo Galvão, nº 02, Jardim Aeroporto.

A COLETA DEVERÁ SER EXECUTADA SEMANALMENTE (1X POR SEMANA) NOS PONTOS:

Ponto 4: Unidade da Mulher – Rua Barão do Rio Branco, nº 350, Centro;

Ponto 5, 6 e 7: CEM Centro de Especialidades Médicas / CEO – Centro de Especialidade Odontológica / SAE/CTA Ambulatório de Infectologia – Rua Presidente Costa e Silva, s/n, Jardim Tênis Clube;

Ponto 9: ESF I Barra Funda – Rua Oscar Bressane, s/n, Barra Funda;

Ponto 10: ESF II Barra Funda – Rua Rui Ferreira da Rocha, nº 550, Barra Funda;

Ponto 11: ESF VII Barra Funda – Rua Castro Alves, nº 470, Barra Funda;

Ponto 13: UBS Vila Popular – Rua Piauí, nº 191, Vila Gammon;

Ponto 14: Farmácia Vila Popular – Rua Piauí, nº 191, Vila Gammon.

Ponto 15: ESF VIII Jardim das Oliveiras – Avenida Hugo Simonetti, nº 715, Jardim das Oliveiras;

Ponto 16: ESF V Antonio Pertinhez – Fercon – Rua Vereador José Ricardo Pelizzer, nº 40, Conjunto Habitacional Antônio Pertinhez;

Ponto 17: Velório Municipal – Rua Guerino Mateus, nº 46, Jardim Paulista;

Ponto 18: ESF VI Vila Nova – Rua Francisco da Cruz Cambraia, nº 520, Vila Nova;

Ponto 19: ESF III Vila Nova – Rua Alonso Florêncio, nº 410, Vila Nova;

Ponto 20: UBS Conceição – Praça Amadeu Giannasi, s/n, Distrito de Conceição de Monte Alegre;

Ponto 21: ESF IV Roseta – Rua Manoel Barbosa da Cruz, s/n, Distrito de Roseta;

Ponto 22: UBS Sapezal – Rua Rio de Janeiro, s/n, Distrito de Sapezal.

A COLETA DEVERÁ SER EXECUTADA MENSALMENTE (A CADA 30 DIAS) NOS PONTOS:

Ponto 1: Almoxarifado da Saúde – Rua Pedro de Toledo, 551, Centro;

Ponto 2: Farmácia de alto custo – Rua Pedro de Toledo, 511, Centro;

Ponto 3: Farmácia Dispensário – Rua 12 de março, nº 239, Centro;

Ponto 8: Farmácia de Manipulação – Avenida Aeroporto, nº 305, Jardim Aeroporto;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

3

Ponto 12: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) – Praça Francisco Falbo, s/n, Vila Gammon.

Ponto 23: Vigilância Sanitária e Controle Epidemiológico - Rua Professor Reinaldo Galvão, nº 02, Jardim Aeroporto.

A empresa deverá apresentar relatório mensal de pesagem por unidade coletada.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	QTD MÊS	VALOR MENSAL	QTD 12 MESES	VALOR TOTAL
1	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde, dos grupos A, B e E em 23 unidades públicas.	kg	R\$ 6.90	600	R\$ 4.140,00	7.200	R\$ 49.680,00

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

1.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

4

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO A ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1.1. Coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos dos serviços de saúde, dos grupos A, B e E, em atendimento às normas Federais e municipal vigentes, em especial a **Lei Federal nº 12.305/2010, a Resolução Anvisa Nº 306/2004 e a Resolução CONAMA nº 358/2005.**

1.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do serviço, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1.1.1. Para o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 – ANVISA;

1.1.2. O tratamento, a destinação final e o depósito de resíduos de serviços de saúde em unidade de tratamento ou de destinação final demandam registro no Cadastro Técnico Federal/APP do Ibama, conforme FTE-Categoria: Serviços de Utilidade; Código 17-64; Descrição: Serviços de saúde. Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 13, I, “g”.

1.1.3. A pessoa jurídica que execute a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013.

1.2. Como requisitos especiais da contratação, a empresa deverá ainda:



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

5

1.2.1 Apresentar Licença Ambiental para realização da atividade de coleta, transporte, Tratamento e destinação final dos resíduos sólidos de saúde, conforme Resolução RDC nº 306/2004 ANVISA;

1.2.2 Obedecer para a Coleta – NBR 12.810 e 14.652;

1.2.3 Obedecer para o Transporte – NBR 13.221, 7.500, 7.501 e 7.503;

1.2.4 Alvará da Prefeitura Municipal do Município onde está instalada a Unidade de Tratamento ou Transbordo.

Subcontratação

1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

1.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução dos serviços

1.1. A coleta deverá ser executada semanalmente nos pontos:

Ponto 4: Unidade da Mulher – Rua Barão do Rio Branco, nº 350, Centro;

Ponto 5, 6 e 7: CEM Centro de Especialidades Médicas / CEO – Centro de Especialidade Odontológica / SAE/CTA Ambulatório de Infectologia – Rua Presidente Costa e Silva, s/n, Jardim Tênis Clube;

Ponto 9: ESF I Barra Funda – Rua Oscar Bressane, s/n, Barra Funda;

Ponto 10: ESF II Barra Funda – Rua Rui Ferreira da Rocha, nº 550, Barra Funda;

Ponto 11: ESF VII Barra Funda – Rua Castro Alves, nº 470, Barra Funda;

Ponto 13: UBS Vila Popular – Rua Piauí, nº 191, Vila Gammon;

Ponto 14: Farmácia Vila Popular – Rua Piauí, nº 191, Vila Gammon.

Ponto 15: ESF VIII Jardim das Oliveiras – Avenida Hugo Simonetti, nº 715, Jardim das Oliveiras;

Ponto 16: ESF V Antonio Pertinhez – Fercon – Rua Vereador José Ricardo Pelizzer, nº 40, Conjunto Habitacional Antônio Pertinhez;

Ponto 17: Velório Municipal – Rua Guerino Mateus, nº 46, Jardim Paulista;

Ponto 18: ESF VI Vila Nova – Rua Francisco da Cruz Cambraia, nº 520, Vila Nova;

Ponto 19: ESF III Vila Nova – Rua Alonso Florêncio, nº 410, Vila Nova;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

6

Ponto 20: UBS Conceição – Praça Amadeu Giannasi, s/n, Distrito de Conceição de Monte Alegre;

Ponto 21: ESF IV Roseta – Rua Manoel Barbosa da Cruz, s/n, Distrito de Roseta;

Ponto 22: UBS Sapezal – Rua Rio de Janeiro, s/n, Distrito de Sapezal.

1.2. A coleta deverá ser executada mensalmente nos pontos:

Ponto 1: Almoxarifado da Saúde – Rua Pedro de Toledo, 551, Centro;

Ponto 2: Farmácia de alto custo – Rua Pedro de Toledo, 511, Centro;

Ponto 3: Farmácia Dispensário – Rua 12 de março, nº 239, Centro;

Ponto 8: Farmácia de Manipulação – Avenida Aeroporto, nº 305, Jardim Aeroporto;

Ponto 12: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) – Praça Francisco Falbo, s/n, Vila Gammon.

Ponto 23: Vigilância Sanitária e Controle Epidemiológico - Rua Professor Reinaldo Galvão, nº 02, Jardim Aeroporto.

1.3. Os empregados da empresa Contratada, quando da coleta deverão receber orientação, treinamento e acompanhamento médico da CONTRATADA. Rotinas de procedimentos normais e de emergência precisam ser previstas. É obrigatório o uso de uniformes e equipamentos conforme determinados na Lei e normas que regem os serviços;

1.4. A proponente deverá detalhar em sua metodologia de execução todos os procedimentos, uniformização e EPI's a serem utilizados na prestação dos serviços;

1.5. Todos os funcionários envolvidos na coleta deverão utilizar crachá constando foto, nome da empresa, nome e função do profissional, para identificação imediata;

1.6. O transporte dos resíduos do Setor de Saúde, objeto deste Termo de Referência, será feito em veículos apropriados, compatíveis com as características dos resíduos, que atenda as normas NBR 12.810 e NBR 14.652 da ABNT, obedecendo às seguintes regras:

Deverão ser transportados em veículos com compartimentos exclusivos, não sendo permitido seu transporte conjunto com pessoas ou outros tipos de resíduos, materiais ou substâncias;

O carro transportador deverá ser fechado, que não permita vazamento de líquidos. Estes deverão ser construídos com material resistente à lavagem, liso e sem arestas, como por exemplo: plástico, fibra de vidro e aço inoxidável (carro de madeira não é permitido). A capacidade máxima deste veículo precisa estar de acordo com as normas vigentes de segurança e medicina do trabalho;

1.7. A empresa Contratada deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador, pesos e classificação dos resíduos por categoria,



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

7

informações da empresa transportadora e do local de disposição final. O preenchimento deverá ser no ato da pesagem e será acompanhando por um servidor da Unidade.

1.8. Executar os serviços nos endereços citados e em perfeitas condições;

1.9. Cumprir fielmente esta norma, de forma que os serviços relacionados sejam executados com esmero e perfeição, responsabilizando-se por qualquer problema na execução e respondendo legalmente pelas penalidades aplicadas em decorrência do não atendimento das normas ambientais vigentes para as etapas de execução da coleta, do transporte e da destinação final dos resíduos.

1.10. As operações de transporte deverão ser realizadas em instalações adequadas, garantindo a inviolabilidade das embalagens, a segurança do trabalhador envolvido e a preservação do meio ambiente;

1.11. Os veículos que transportam material infectante deverão ser identificados, usando, para isto, nos lados, o desenho previsto na legislação (RISCO BIOLÓGICO), simbologia para o transporte rodoviário conforme NBR 7500 e demais Normas Técnicas e legislações vigentes;

1.12. A descontaminação do veículo de transporte dos resíduos deverá ser realizada pela empresa Contratada;

1.13. A empresa contratada deverá apresentar por escrito protocolo de conduta, em caso de derramamento de resíduos durante a coleta e transporte, onde consta a notificação dos órgãos ambientais e de saúde pública;

1.14. Apresentar plano de contingência em caso de interrupção do processo;

1.15. Em nenhuma hipótese a rotina de coleta poderá ser mudada sem autorização prévia do Contratante, haja vista que a rotina é feita para atender as necessidades das unidades públicas do Município.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

8

1.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

1.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

1.1.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#),

1.1.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

1.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

1.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

1.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

Fiscalização Administrativa



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

9

1.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

1.1.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

1.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

1.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

1.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

1.1. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

1.1. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

1.1. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

10

1.1. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

1.1. A medição dos serviços será verificada por meio de relatório de coleta contendo as datas da coleta e as pesagens coletadas por unidade, junto com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

1.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação das informações.

1.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

1.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

1.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

1.1. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

1.1. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

11

Liquidação

1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

1.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 1.1.1. o prazo de validade;
- 1.1.1. a data da emissão;
- 1.1.1. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 1.1.1. o período respectivo de execução do contrato;
- 1.1.1. o valor a pagar; e
- 1.1.1. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

1.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

Prazo de pagamento

1.1. O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (dez) dias** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente, indicadas pelo contratado.

1.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

12

1.1.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

1.1. O fornecimento do objeto, prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos dos serviços de saúde será continuado.

Exigências de habilitação

1.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

13

1.1. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

1.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.1. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; se houver.

1.1. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

14

Qualificação Econômico-Financeira

1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.17.1 - Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

Qualificação Técnica

1.1. Licença ambiental dos órgãos competentes para operação de tratamento de resíduos de serviços de saúde, dentro do prazo de validade;

1.2. Licença e autorização ambiental para a disposição final dos resíduos tratados dentro do prazo de validade;

1.3. Apresentar de um ou mais atestado (ou declaração) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou executa de forma satisfatória, serviço compatível com o licitado;

1.4. Licença Ambiental Municipal, nos casos em que o Município no qual a empresa estiver localizada esteja apto à emissão de Licenciamentos Ambientais ou Licença Ambiental Estadual;

1.5. Apresentar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras do IBAMA de acordo com a Lei n. 6.938/81 e Instrução Normativa do IBAMA n.6/2013.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

1.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 49.680,00 (Quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta reais)**, conforme custos unitários apostos em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal;

1.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: **Departamento de Meio Ambiente e Projetos Especiais;**

Fonte de Recursos: **01 - Tesouro;**

Programa: **Manutenção da Limpeza Pública;**

Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00;**



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP. 19.703-061 – Fone: (18) 3361-9100

CNPJ 44.547.305/0001-93 – Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

15

Ficha da despesa: **681**;

1.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Paraguaçu Paulista, 27 de fevereiro de 2024.

Priscilla Cunha Moreira dos Santos Ruiz
Assessora de Gabinete
Departamento de Meio Ambiente